

# O futuro do real numa lição de bom senso

Cortar gastos é o caminho para arrumar as contas públicas, porque o Brasil já tem uma carga tributária muito alta, disse, em Brasília, o economista Vito Tanzi, diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI). O ajuste fiscal, portanto, não deve depender do aumento da arrecadação. O Plano Real tem sido um êxito em muitos pontos, observou o economista, e não vai ruir de uma hora para outra, mas a crescente dívida pública põe em risco a estabilidade. A mensagem foi simples, clara e bem aceita pelos condutores da política econômica. Sem a pose de oráculo de outros figurões internacionais, o diretor do FMI mostrou, mais uma vez, bom conhecimento das condições brasileiras e um admirável equilíbrio no julgamento. A receita pode ser melhorada, pelo combate à sonegação, mas não tem sentido buscar mais dinheiro com aumento de impostos. União, Estados e municípios arrecadam o equivalente a uns 30% do Produto Interno Bruto (PIB). No Primeiro Mundo há exemplos de carga fiscal maior, mas o peso tributário é geralmente menor em países com desenvolvimento comparável ao do Brasil, observou Tanzi. Em vários

países, tem sido possível combinar expansão econômica, estabilidade monetária e gastos eficientes em itens como educação e saúde. O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, já admitiu que a arrecadação no País dificilmente irá muito além dos 30% do PIB. Nos últimos 30 anos, poucas vezes passou de 25%.

No entanto, a ação oficial nem sempre acompanha a clareza das idéias. O governo federal apoiou a extinção do ICMS sobre exportações e investimentos, mas defendeu a criação da CPMF e, ainda, se empenha em coletar mais dinheiro com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O endividamento crescente reflete o malogro na administração do gasto. A dívida não cresce apenas por causa dos juros, embora seja essa a explicação mais corrente. Cresce também porque o setor público não produz, na gestão do dia-a-dia, um superávit suficiente para ir amortizando o débito. A dívida poderia ser amortizada com dinheiro da privatização, mas também nessa política o avanço é lento. Depois,



O ESTADO DE S. PAULO

não adianta, como lembrou Tanzi, vender empresas para cobrir o déficit. "A privatização", disse, "nunca deve ser um substituto do ajuste fiscal". "Caso se venda tudo, o problema não vai ter desaparecido." Mas é possível, sim, apressar a privatização e o acerto das contas públicas.

Não se trata de cortar gastos de qualquer forma, observou Tanzi. O governo não tem de abandonar objetivos importantes, nem deve cortar, de forma indiscriminada, os gastos mais benéficos à população pobre. É preciso, sim, alcançar eficiência na seleção das prioridades e administração das despesas. É possível, sugeriu, reduzir os gastos de pessoal e cuidar mais decididamente da reforma da Previdência. Isso permitiria mobiliar mais dinheiro para programas socialmente úteis. Não há sinal de perigo nas contas externas, segundo a avaliação de Tanzi. Há déficit nas transações correntes do balanço de pagamentos, mas é satisfatório o nível de reservas e, além disso, o ingresso de capitais tem

sido mais que suficiente. Mas não se pode tratar dos vários aspectos da economia separadamente. Quando a dívida pública aumenta mais rapidamente que a produção, há um claro sinal de problemas à frente, observou o economista. O argumento implícito é simples: como a receita pública deve acompanhar o ritmo dos negócios, em algum momento o governo se tornará insolvente. O mercado avalia sinais desse tipo. Dessa avaliação dependem o financiamento do governo e o das contas externas.

**O governo arrecada muito e gasta mal. A estabilidade é questão política, mostra Vito Tanzi**

Sem estardalhaço e sem catastrofismo, Tanzi apontou os problemas que podem comprometer o real. Nenhum deles é muito complicado tecnicamente. E tanto o presidente da República quanto o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sabem como resolvê-los, concordando sem restrições com as advertências de Tanzi. Só não sabem como obter do Congresso Nacional os meios para aplicar as soluções.